

Memória coletiva e história científica*

Norberto Luiz Guarinello**

Vou apresentar algumas reflexões sobre o tema desta conferência e sobre as relações entre memória e sociedade de um modo geral. Meu interesse particular pelas questões da memória deriva, em grande medida, de minha própria especialização como historiador, e portanto como produtor de memória. Vou explicar o que me levou a este tema. Sou, ao mesmo tempo, um historiador da Antigüidade Clássica — meu campo de atuação é a história romana — e um arqueólogo. Creio que, por isso, as questões relativas à memória sempre me estiveram muito presentes. Minha atividade como arqueólogo, por exemplo, colocou-me frente a frente com as fraquezas da memória, com os esquecimentos forçados pelos acasos da preservação, com a consciência do muito que não pode ser lembrado, porque não sobreviveu. Mais do que isso, diria, mostrou-me as responsabilidades sociais envolvidas na produção científica de memória. O arqueólogo, com efeito, opera seleções mais dramáticas que as do historiador. Ele é obrigado a destruir os sítios arqueológicos, para escavá-los e preservá-los como documentos. E assim fazendo, o arqueólogo acrescenta aos documentos seus próprios silêncios e desatenções. Para os arqueólogos, memória e esquecimento são os dois produtos inseparáveis de seu próprio trabalho — aquilo pelo que não se interessou, no momento da escavação, aquilo que não observou, ou que não descreveu, perdeu-se para sempre. A Arqueologia, de certo modo, me fez ver como a memória que produzimos é frágil e seletiva.

Minha atividade como historiador da Antigüidade, por outro lado, pôs-me em contato com uma tradição multimilenar de transmissão, comentário e crítica de textos, uma tradição que se enriqueceu e se encorpou desde Homero. Com uma memória poderosa e resistente, que me permite abrir as portas de um passado longínquo, para tentar entendê-lo no e para o presente. Força e fraqueza da memória, lembrança e esquecimento — minhas próprias circunstâncias profissionais me levaram a refletir sobre os

* Conferência proferida por ocasião do I Congresso de Ciências Humanas das Universidades Federais de Minas Gerais, S. João del Rei, maio de 1993.

** Universidade de São Paulo.

problemas da memória, sua complexidade, suas contradições, sobre o modo como a história que pratico se insere no conjunto da produção social de memórias.

Vou falar sobre memória, portanto, do ponto de vista de um historiador. Mas quero deixar claro que, obviamente, não considero que os historiadores detenham qualquer monopólio natural sobre o assunto e que apenas nós, historiadores, possuamos a legitimidade para falar, pensar e produzir memórias para nossa sociedade. O universo da memória, de sua produção e de seus usos sociais é, como disse, extremamente complexo. E a produção historiográfica não é senão um pequeno segmento da memória coletiva, um segmento que, a bem da verdade, possui uma esfera de atuação e uma influência social relativamente limitadas.

Mas as relações entre memória e história não se restringem a uma questão de limites ou de esferas de abrangência. A história, como disciplina científica, constituiu-se ao longo dos séculos, talvez desde Heródoto ou Tucídides, para institucionalizar-se, do modo como a conhecemos hoje, apenas no curso do século passado. Foi então que se tornou uma disciplina universitária e que se organizaram os arquivos públicos. Esta história acadêmica e científica possui uma relação particular com a memória coletiva e meu objetivo central, nesta conferência, será o de refletir sobre essa relação.

Os vínculos entre memória coletiva e história científica podem, na verdade, ser pensados em termos opostos. Podem ser vistos, em primeiro lugar, como uma relação positiva, pois a história produzida por historiadores, por especialistas da história, enriquece as representações possíveis da memória coletiva, fornece símbolos, conceitos, instrumentos rigorosos para que a sociedade pense a si mesma em sua relação com o passado. Mas podem também ser vistos sob um ângulo negativo, porque a história científica se volta regularmente contra as representações produzidas pela memória "espontânea" da sociedade, destruindo seus suportes, atacando seus princípios, seus pressupostos, seus símbolos.

Ao mesmo tempo, portanto, em que fertiliza e renova a memória social, a história volta-se contra ela com todo seu peso disciplinar, apontando as distorções, os exageros, os esquecimentos produzidos pelos interesses particulares que animam as memórias coletivas. Nega-lhes, assim, a posse de qualquer verdade ou legitimidade, ao mesmo tempo que se afirma como o único saber positivo e verdadeiro sobre o passado. E essa contraposição entre história e memória não é um mero capricho de historiadores muito zelosos, mas um dos fundamentos mesmos do próprio discurso historiográfico, da instituição da história como um espaço de saber.

Permitam-me remontar ao que considero ser o próprio texto de fundação desse saber — às páginas iniciais de Tucídides, à sua Arqueologia. Aqui encontramos a delimitação primeira dessa cisão: “Os homens (comuns) aceitam e transmitem sem exame as tradições sobre os acontecimentos do passado”.² Mesmo os antigos produtores de memória, diz-nos ele, os poetas e logógrafos, preocuparam-se apenas em agradar a seu público, não se interessando pela verdade, pois ornavam seus relatos com o prestígio da fábula e o enriqueciam com fatos improváveis e inautênticos. Desde Tucídides, portanto, a história se funda, abre espaço para si, opondo-se às demais representações coletivas do passado. Define-se como um saber crítico, ao mesmo tempo modesto, porque se contenta com aquilo que pode ser comprovado, mas também ambicioso, na medida em que visa relatar a verdade e que se crê capaz de produzi-la. O discurso historiográfico se apropriou, assim, desde há muito, das funções rememorativas das memórias sociais, de sua capacidade de selecionar e de eleger um passado, para exercê-las como um saber, um saber que tem uma relação privilegiada com a verdade.

Esta separação entre história e memória seguiu diferentes percursos no pensamento ocidental. Não pretendo percorrê-los aqui. O que importa é que, quando a história se tornou uma disciplina científica, no século passado, essa oposição foi um dos fundamentos de sua constituição como uma ciência pautada pela medida da verdade e capaz, como se julgava então, de apreender a verdade objetivamente. A fundação mesma da história como ciência carregava em si uma condenação da memória espontânea da sociedade, desautorizada como ideologia, como senso comum, como falsa consciência, cujas verdades seriam verdades impuras, contaminadas pelos interesses dos agentes sociais. E a oposição entre história científica e memória coletiva ergue-se, até hoje, como uma espécie de mito de fundação, um mito que definiu um saber como científico, positivo e verdadeiro, e um não-saber, irracional, porque volúvel e interessado. Foi J. Le Goff quem o disse, recentemente: “Há duas histórias, a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é, essencialmente, mítica, deformada, anacrônica. A tarefa da história científica é corrigir essa memória falseada, esclarecê-la e ajudá-la a retificar seus erros”.³

Mas essa oposição, que parecia tão clara a historiadores que queriam descrever o passado *wie es eigentlich gewesen*, já não se nos apresenta com a mesma nitidez. A própria história se pergunta hoje se não será possível, e necessário, redefinir em outros termos a relação entre

² TUCÍDIDES, *Guerra do Peloponeso*, I, Prefácio, pp. 20-21.

³ LE GOFF, J. “História”, in: *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, *Memória-História*, Porto, Imprensa Nacional, 1984, p. 166.

história científica e memória coletiva. Se não podemos, em suma, tentar retratar as linhas dessa pretendida ruptura. Trata-se de uma questão crucial, que é preciso propor-se. Não só porque a aparente aceleração do tempo social trouxe ao primeiro plano do debate acadêmico as questões relativas à memória e à preservação do passado, mas, sobretudo, porque em nosso século abalaram-se profundamente os alicerces sobre os quais se erguia a idéia de uma história objetiva e verdadeira. O próprio estatuto científico da história e sua legitimidade enquanto saber foram repetidamente postos em questão, deixando marcas profundas na disciplina histórica contemporânea. O otimismo positivista do século anterior desmantelou-se progressivamente, com esporádicos renascimentos, sobretudo no mundo anglo-saxão. A pretensão de atingir uma representação pura e verdadeira do passado cedeu lugar à noção de que uma certa subjetividade, como diz P. Ricoeur, é inerente ao trabalho do historiador.⁴ Porque nele também se manifestam os interesses, os conflitos e as visões de mundo de sua época. É em função da vida, como afirmava L. Febvre, e como admitimos comumente hoje, que a história investiga a morte, é a partir do presente que interrogamos o passado.⁵ Nossa própria época nos propõe os modelos, os conceitos e os problemas com os quais indagamos as fontes que, para dizer ainda com Febvre, são criadas, inventadas, fabricadas pelo historiador, ao propor-lhes suas hipóteses e conjecturas.⁶

Reconhecer que a história que produzimos é filha de seu tempo e que cada época ou momento produz sua própria representação do passado significa admitir, igualmente, que as verdades que a história produz são relativas, provisórias, que são verdades de e para sua época. Mas esse reconhecimento, por sua vez, não esvazia, necessariamente, todo o conteúdo das verdades que, como diz A. Schaff, são parciais, se acumulam e sobrepõem, mas são ainda verdades.⁷ O conhecimento histórico é ainda verdadeiro, científico, como o era para L. Febvre ou M. Bloch. Mesmo que, como ciência, a história carregue as marcas de seu tempo. Mais radicais, sem dúvida, são aquelas correntes de pensamento que negam qualquer conteúdo verdadeiro às proposições da disciplina histórica, que lhe recusam o caráter de ciência. E isto não apenas porque a história seria uma arte, o conhecimento intuitivo de fatos e acontecimentos particulares, como era para B. Croce, sem a precisão e o poder explicativo das ciências

⁴ RICOEUR, P.. *Histoire et Vérité*. Paris, Seuil, 1955, pp. 24-25.

⁵ FEBVRE, L. "Vers une autre histoire". *Revue de métaphysique et de morale*, 58, 1949, p. 438.

⁶ FEBVRE, L. *Combats pour l'Histoire*. Paris, A. Colin, 1953, p. 7.

⁷ SCHAFF, A. *História e Verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978, p. 286.

exatas.⁸ Não! O que se coloca em jogo, hoje em dia, é a relatividade e a imprecisão de todo e qualquer saber, é o próprio estatuto científico que está em questão.

A posição da história como ciência, a possibilidade de uma ciência da história são atacadas pelo que se convencionou chamar de pós-modernismo, ou pós-estruturalismo, e que tem em J. Derrida um de seus arautos. Para essa corrente, o conhecimento histórico não seria mais que um mero estilo narrativo e retórico, e as obras dos historiadores não seriam nem mais, nem menos, verdadeiras do que as de ficção. Para teóricos como H. White ou F. Ankersmith, o discurso histórico não proporia, nem produziria, verdades.⁹ O passado, dizem, é algo inatingível, caótico e sem sentido. O esforço do historiador se reduz à tarefa de tecer uma trama aleatória, a construir uma narrativa com os elementos encontrados, não apenas nos documentos, mas sobretudo nos textos de outros historiadores. Se tudo é texto, como diz J. Derrida, e se não existe nada fora do texto, então a realidade como tal, externa ao texto, não existe.¹⁰ A pretensão da história em constituir-se como saber é falsa e vã. Nossa disciplina parece correr, assim, o risco de dissolver-se no irracional, de perder os vínculos com a necessidade e a verdade. De ver apagadas as marcas de sua distinção e de sua separação com a memória. Para esta visão, com efeito, tudo é igualmente ideologia, opinião, e os laços que nos ligam à realidade são traçados arbitrariamente pelo sujeito, ou antes, pelo texto que tudo inclui e que a tudo domina, segundo uma concepção que Perry Anderson definiu, com precisão, como um subjetivismo absoluto e sem sujeito, o subjetivismo do texto.¹¹

Uma tal visão da história é, sem dúvida, inaceitável. Ela conduz à desrazão, ao relativismo absoluto, à equiparação de todas as verdades, à impossibilidade do diálogo e do confronto de idéias. É uma tese conservadora, se me permitem. Seu efeito mais imediato e visível é o imobilismo, a paralisia, o esvaziamento de todo conhecimento racional. Não é de surpreender que tal postura tenha encontrado pouca receptividade entre os historiadores de profissão, não apenas por seu caráter estéril, mas pela perigosa possibilidade que abriga de se justificarem todas as formas de dominação e todos os preconceitos. Ora, nós, historiadores, sentimos

⁸ CROCE, B.. "La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte", in: *Primi Saggi*, Bari. Laterza, 1951, pp. 16-24.

⁹ WHITE, H.. *Meta-História — A imaginação histórica do século XIX*, São Paulo, EDUSP, 1992; ANKERSMITH, F.R., "Historical representation", *History and Theory*, XXVII, 3, 1988, pp. 205-228.

¹⁰ DERRIDA, J., *Gramatologia*, São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 194.

¹¹ ANDERSON, P. *A Crise da crise do Marxismo — introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 62.

nossa atividade não como uma criação ficcional, mas como embricada na realidade de modo distinto da literatura.

E isso em várias dimensões. Em primeiro lugar, porque o passado que investigamos não é, por assim dizer, um processo onírico e indeterminado, aberto a todas as significações, mas a condição mesma, concreta e positiva, de nossa existência presente. Nem é o historiador livre para criar passados, como se traçasse sua trama por caminhos desimpedidos, mas deve falar do passado através de documentos que são, também eles, bastante reais. Podemos coletá-los, consultá-los, criticá-los, analisá-los. É através de sua mediação, e só dela, que temos acesso às realidades passadas. Mas não é só isso: a história liga-se à realidade também por ser parte dela, por ser um produto social, produto de um lugar socialmente determinado e historicamente constituído. Um lugar institucional, a partir do qual os historiadores propõem representações do passado que não são meros exercícios inocentes de estilo, pois interagem com a memória e com as representações coletivas. E por ser representação, nem por isso é menos eficaz. Se a história, enquanto disciplina, possui sua subjetividade, esta não é a subjetividade individual de cada historiador, nem aquela, sem sujeito, do texto, mas a subjetividade de um lugar, instituído como tal e custeado pela própria sociedade contemporânea.

História científica e memória coletiva não se confundem, assim, como facetas intercambiáveis de uma mesma visão irracional do mundo, mas se constituem e se diferenciam pelos lugares distintos em que são produzidas. Ambas são produtos sociais e, como tal, ambas são marcadas pelas determinações de seu local de produção. Embora se voltem igualmente para o passado, memória e história fazem-no de modos distintos e é essa diferença mesma que funda a possibilidade de uma história científica.

Espero que estejamos de acordo, até aqui. Nos últimos anos, no entanto, desenvolveu-se uma outra crítica a essa história científica, uma crítica que se volta não contra sua posição como ciência, mas contra a função e os efeitos do conhecimento científico sobre a sociedade. Não se trata aqui, como para os pós-modernos, de mergulhar todo conhecimento nas profundezas insondáveis do irracional, mas sim de desmascarar a utilização política do próprio lugar onde se produz esse conhecimento. O que se denuncia é o uso da ciência histórica como instrumento de poder e de dominação, é o efeito normativo, repressivo, que a história, como meio de ação do Estado, exerce sobre e contra as memórias espontâneas, que brotam do seio da sociedade. Acompanhando a valorização crescente das tradições orais, da cultura popular, das memórias produzidas por grupos marginais ou dominados, autores como Ralph Samuel, do influente grupo inglês "History Workshop", propugnam uma desprofissionalização

da história, defendendo a validade e a veracidade das memórias coletivas e negando, à prática profissional, qualquer direito ao monopólio do saber sobre o passado.¹² Essa perspectiva, que se origina, certamente, de posições políticas diametralmente opostas às dos irracionaisistas, tem encontrado um apoio crescente em nosso país. Para E. de Decca, por exemplo, a memória produzida pelos historiadores é uma memória sem vida, desencarnada, um produto da sociedade industrial, que aniquilou os antigos lugares da memória coletiva e espontânea: “A memória histórica”, diz ele, “além de destruir a memória coletiva, transformando-a em memória-prótese de computadores, destitui também a própria história de seu sentido crítico”.¹³ A história, portanto, parece culpar-se pelo sentido que impõe às representações coletivas, pela própria crítica que aplica às memórias espontâneas. Os efeitos dessa perspectiva podem ser observados, por exemplo, no belo *Lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosi, no qual a autora envergonha-se de definir sua própria atividade como “científica”, preferindo, apenas, calar-se, para deixar fluir as memórias dos velhos, sem impor-lhes qualquer direção, norma ou sentido.¹⁴

A história, portanto, como conhecimento científico, seria uma forma de poder e uma forma espúria, um instrumento de dominação e de legitimação das estruturas existentes, um modo de fazer calar as memórias espontaneamente produzidas pela sociedade. Trata-se de um ataque sério e influente. Um ataque ao lugar mesmo em que a história é produzida, à legitimidade desse lugar em proferir verdades, ditar normas, propor explicações e sentidos. Um ataque, em suma, à sua posição diante dos outros lugares de memória, não para igualá-los a todos, mas para mostrar que sob sua legitimidade escondem-se relações de poder e de opressão.

O discurso histórico, desta forma, como atividade crítica por excelência, corre assim o risco de se dissolver, ao voltar-se sobre si mesmo. É preciso refletir seriamente sobre tais posições. É preciso repensar, de modo amplo, a oposição entre história e memória e a própria situação da história como um dos lugares de produção da memória coletiva. “Lugares da memória” — a expressão tornou-se, nos últimos anos, um termo corrente, sobretudo a partir da obra coletiva, dirigida por P. Nora, *Les lieux de la Mémoire*.¹⁵ A própria difusão do termo demonstra que não foi apenas nossa concepção do que seja a história científica que se alterou, mas também o modo como a própria memória é entendida como

¹² SAMUEL, R.. “Déprofissionaliser l’Histoire”, *Dialectiques*, 1980, pp. 5-17.

¹³ DE DECCA, E., “Memória e Cidadania”, in: *O Direito à Memória — Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo, Depto. do Patrimônio Histórico, 1988, p. 133.

¹⁴ BOSI, E., *Memória e Sociedade — Lembranças de Velhos*, 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 1987, pp. 1-2.

¹⁵ NORA, P. (org.). *Les lieux de la Mémoire*, Paris. Gallimard, 1984.

uma força social. Não se trata mais, apenas, das determinações da memória individual, como era para H. Bergson, ou da memória coletiva como uma função social integradora, como para M. Halbwachs. Falar em lugares da memória pressupõe, precisamente, uma pluralidade de memórias distintas, particulares, produzidas por instituições e grupos sociais diferentes e que podem utilizá-las como meio de ação e conflito.

A memória coletiva, deste modo, aparece-nos hoje como uma realidade complexa, articulada em lugares que propõem representações distintas, que se defrontam. Para entendermos melhor a especificidade da memória científica e sua posição diante das diferentes e variadas memórias sociais, é necessário que nos perguntemos: afinal, o que é memória? Qual a função exercida pelos lugares que ocupa e que se ocupam dela? Por que a produção de memória é, enfim, tão relevante em termos sociais? Trata-se de uma questão difícil e, para respondê-la, permitam-me refletir um pouco sobre a própria espessura semântica do termo memória e de sua etimologia.

Memória é uma palavra que nos veio do latim, preservando, em português, os dois sentidos fundamentais que possuía na origem. Memória, em primeiro lugar, é algo que não está em lugar algum, porque ocupa e preenche todos os lugares. É um substrato, repositório dos produtos de nosso passado que sobrevivem no presente, condição mesma do tempo presente. É a trama dos vestígios, oriundos de diferentes épocas e condições de produção, que constitui a espessura mesma daquilo que existe, como cristalização e permanência do que não morreu, daquilo que nos liga aos mortos na medida em que sobrevive no presente. Há, como observa H. Koselleck, muitas temporalidades, muitos passados inscritos no nosso presente,¹⁶ vestígios que são o manancial passivo de qualquer reflexão sobre o pretérito, lastro que determina a possibilidade de qualquer memória. É uma regra de ouro, nem sempre atendida: não se pode rememorar o que desapareceu por completo, sem deixar traços de si, mas apenas aquilo que sobrevive, concretamente, no presente. Nosso passado tem uma existência material, concreta, inscrita nas estruturas do presente. É apenas através desse passado-presente que podemos refletir sobre a história.

Mas a memória não é, apenas, um substrato passivo, um manancial de sobrevivências vestigiais. Ela é, sobretudo, e este é seu segundo e mais conhecido sentido, um princípio ativo, um trabalho, como a chama M. Chauí.¹⁷ A memória é uma reflexão sobre o passado, um debruçar-se

¹⁶ KOSELLECK, H.. *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. Cambridge-Massachusetts, MIT Press, 1985, p. 94.

¹⁷ CHAUI, M.S. "Apresentação", in: Bosi, E., *op. cit.*, p. XX.

sobre esses vestígios presentes para selecioná-los, agregá-los, condensá-los, destrinchando a espessura temporal do agora, para dar sentido, não tanto ao passado, como ao próprio presente. A memória é, assim, uma forma de ação, uma ação representativa, parte da atividade auto-representativa que uma sociedade, grupo ou indivíduo produzem de si, para assumirem e defenderem sua identidade e para orientarem sua ação individual ou coletiva. A memória é, no fundo, um jogo dos sentidos possíveis nos quadros, mais ou menos indefinidos, do tempo. Um jogo que se alterna entre duas dimensões distintas do ato de rememorar. Voltemo-nos, por um instante, para estas últimas.

A memória, em primeiro lugar, como fundamento mesmo da tradição de uma cultura, como produto social, liga-se à reprodução da sociedade, organiza e reproduz constâncias, repetições. Confere um sentido de permanência e de unidade no tempo, de identidade a grupos específicos ou à sociedade como um todo. Podemos observar esse caráter unificador da memória, por exemplo (mas não só), nas atividades coletivas que se reproduzem ciclicamente, nas festas cívicas ou populares, nos ritos religiosos ou nos rituais políticos, como as eleições. Tradições inventadas, no dizer de E. Hobsbawn, socialmente produzidas, que reproduzem indefinidamente um mesmo ato original, posto fora do tempo, que se manifesta ciclicamente, como os tempos da natureza, como que atestando que a sociedade, e os grupos dentro dela, permaneceram os mesmos, que as regras que definem sua unidade, sua identidade e suas relações recíprocas não mudaram pela ação do tempo.¹⁸ A memória, nesta dimensão, recupera e reproduz o mesmo no tempo. Nega, assim, seu caráter dissolutor e a produção incessante da mudança. Fixa os sentidos e as identidades, permitindo à sociedade, aos grupos e classes em seu interior, traçar suas origens, garantir e reconhecer sua permanência e sua identidade a despeito do tempo.

Mas a memória não é, tão-somente, uma eterna repetição do mesmo, do idêntico a si. Ela também é, potencialmente, uma ação reflexiva, uma inquisição proposta ao tempo, não buscando identidades e permanências, mas as diferenças, as transformações, a mudança. A memória pode ser, assim, a afirmação do próprio tempo, de sua eficácia transformadora. Um meio para reconhecermos a transitoriedade de todos os presentes, a permanente mudança dos momentos vividos em futuros que serão distintos do agora. Neste sentido, a memória é uma reflexão sobre a mudança, como dimensão inerente do tempo das sociedades humanas, uma tomada de consciência sobre a produção da diferença, uma negação do

¹⁸ HOBBSAWN, E. "A Invenção das Tradições" in: Hobsbawn, E. & Ranger, E. (Org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984, pp. 9-17.

mesmo pelo reconhecimento de sua inevitável transformação em outro. Ela traz em si a possibilidade de vermos o presente, não como uma realidade fixa e imutável, como algo eterno, mas como um produto humano, como um momento de passagem, uma ponte através da qual o passado constrói o futuro. E é para o futuro que se volta, assim, essa memória ativa, afirmando o poder e a força da ação humana sobre sua própria história, desnaturalizando o tempo humano.

A memória coletiva é, deste modo, um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder. Poder, por exemplo, de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos. O ato de memória é um ato de poder e o campo da memória, o espaço onde atuam seus lugares, é um campo de conflitos. Como afirma J. Le Goff, “a memória coletiva foi um importante elemento da luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.¹⁹

A memória não é, portanto, um espaço harmônico e uniforme, nem se constitui, sobretudo hoje, num campo homogêneo, onde reine absoluta uma memória hegemônica, uma só representação do passado, seja aquela do Estado ou dos grupos dominantes. É verdade que os estados-nacionais, surgidos no período moderno, usurparam para si muitos dos antigos lugares da memória, reformando os calendários, reorganizando as comemorações coletivas, propondo novos símbolos e novas tradições, que lhes conferiam unidade e legitimidade política. É verdade, igualmente, que esses estados-nacionais condicionam ainda, em larga medida, a produção social de memória, financiando e institucionalizando o ensino e a pesquisa históricas e fornecendo, porque não, o quadro fundamental pelo qual são pensadas as sociedades atuais e seu passado. Mas também é verdadeiro que, a despeito dos esforços nesse sentido, essa centralização não conduziu à produção de uma memória unificada e monolítica. Pelo contrário, assistimos hoje a uma verdadeira proliferação de memórias particulares, de modos diferentes de se representar o passado, mostrando que o processo de sua reinvenção não é apanágio exclusivo do Estado ou dos grupos que o dominam política e economicamente. A última década, sobretudo,

¹⁹ LE GOFF, J. “Memória”, in: *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, *Memória-História*, Porto, Imprensa Nacional, 1984, p. 13.

conheceu uma explosão de novas memórias, produzidas “espontaneamente” ou não, e que tem como objeto, e por vezes como autores, grupos sociais antes calados, ou excluídos do discurso social, como os negros, as mulheres, os homossexuais, os operários, num esforço para redefinir sua posição diante da sociedade e para construir uma identidade no tempo que dê sentido a sua identidade de interesses e de ação. Essa necessidade de memórias particulares, que falem de um grupo para si mesmo ou para a coletividade, não é apanágio dos “excluídos”, mas é algo sentido mesmo pelos grupos dominantes, como mostra a expansão das “histórias de empresa”, que unem o esforço de fundamentar sua “publicidade” numa tradição à busca de uma identidade e de uma orientação para a ação futura.

Ora, essas memórias sociais, mais ou menos espontâneas ou particulares, não se encontram, necessariamente, em conflito com a história científica. Em primeiro lugar, porque essas chamadas “memórias espontâneas” não são, afinal, tão espontâneas assim. Elas se utilizam, inevitavelmente, de pressupostos, conceitos, estruturas cognitivas que fazem parte das representações sociais dominantes. O discurso que produzem não é, tampouco, uma transcrição pura de eventos passados, nem uma recuperação imaculada de fatos e símbolos pretéritos. Ele é produzido, em grande parte — suma ironia! — a partir das reflexões, dos conceitos e do trabalho dos historiadores profissionais.²⁰

Há, porém, um outro elemento a ser considerado. O próprio lugar da disciplina histórica não é um espaço homogêneo, mas também um campo de conflitos. Não podemos mais encará-lo como uma caixa de ressonância da voz monolítica do estado-nacional ou das classes dominantes, como o foi por muito tempo, e sim como uma estrutura de poder que, em parte ao menos, tem suas próprias regras, seus próprios dominantes e dominados, aqueles que controlam os postos universitários, que elaboram os currículos, que tem acesso aos meios de comunicação, e aqueles que se submetem ou que, pelo contrário, se voltam contra essa própria estrutura. E por ser uma estrutura de poder, e por absorver e expressar em si mesma os conflitos, os choques de interesse e as distintas visões de mundo da sociedade como um todo, a disciplina histórica se abre para as demandas sociais, responde a elas, produzindo, também ela, memórias distintas e contraditórias entre si.

O lugar da história, assim, define uma forma de produção de saber, um modo de memória, mas não o faz de modo absoluto, uno e definitivo.

²⁰ Veja-se GIDDENS, A.. *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge, Polity Press, 1987, pp. 4-15.

Porque é um lugar que pode ser ocupado por grupos diferentes, que pode ser usado para rememorar, celebrar, glorificar o passado e o presente, mas também, e sobretudo, para criticá-los, para defrontar-se com os vestígios do passado, demonstrando como e porque o presente foi produzido, de que modo as relações econômicas, culturais e políticas determinaram, no curso da história, que grupos e indivíduos conseguiram alçar-se sobre a morte e perpetuar uma memória de si. Mais do que tudo, é um lugar, também ele, em perpétua transformação, cujo controle é o espaço de uma luta, que não precisa ser suprimido para ser alterado.

A história que fazemos não é mais, assim, apenas a história do Príncipe, para usar a expressão de M. Certeau, nem aquela que visa apenas agradar seu público.²¹ Ela se inscreve, precisamente, no espaço instaurado entre ambos — o estado e o público —, um espaço ao mesmo tempo relativamente aberto e potencialmente crítico. A tão mencionada fragmentação, pulverização ou esmigalhamento da história científica em histórias particulares — um dos argumentos prediletos dos irracionalistas para negar qualquer verdade à ciência histórica, nada mais é do que um sintoma, um sinal dessa abertura da história às realidades de sua época, às demandas que lhe são dirigidas pelos grupos sociais.

Como disse no início, só existe história, reflexão histórica, a partir do presente. Esse vínculo, no entanto, é mais profundo do que comumente se admite. Não são apenas os interesses de uma época que estão em jogo. É a própria estrutura do presente, o modo como a realidade se impõe a nós, que municia e guia nosso olhar ao refletirmos sobre o passado. Se a história científica se transforma, não o faz por um simples impulso interno, mas porque o presente também se altera, e rapidamente, porque os suportes tradicionais da memória estão sendo destruídos numa velocidade sem precedentes, porque vivemos num tempo que nos parece vertiginoso e que não conseguimos mais explicar, inteiramente, pelas grandes sínteses de outrora. Essa insuficiência reflete-se na produção historiográfica, que se tornou mais monográfica, mais particularista, mais atenta ao detalhe que ao conjunto. Mas não devemos desistir da busca de uma concepção global das sociedades humanas no tempo e sim, pelo contrário, ampliá-la.²² Devemos abandonar o provincianismo de uma história “européia”, no duplo sentido de centrar-se na Europa e de ter-se originado dela, em prol de uma história verdadeiramente mundial, que produza uma visão integrada do passado e que corresponda à integração das sociedades

²¹ CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense, 1982, pp. 18-22.

²² Veja-se BURKE, P. “Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro”, in: Burke, P. (org.). *A Escrita da História — novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992, pp. 35-7.

humanas no presente. Não se trata, contudo, apenas de incorporar novos temas, novos objetos, mas de abrir a tradição européia, que deu origem à história, a outras formas de pensamento e visões do mundo, para que ela não seja, como é, a universalização de uma visão particular.

É uma questão crucial e complexa e o espaço de manobra parece, ainda, restrito. Talvez devamos nos conformar em sermos "europeus" em nossa forma de pensar, embora não o sejamos política ou economicamente. A história, como disciplina científica, não é simplesmente uma "ciência", em qualquer dos sentidos que se dê a esta palavra. É mais do que isso. Ela faz parte da história cultural européia, que consideramos como a nossa própria. Ela participa de uma longa tradição escrita, que por quase 3.000 anos acumulou e construiu quadros, conceitos, sistemas para se pensar, de modo rigoroso, a sociedade humana e a história. Tradição que, frequentemente, voltou-se sobre si mesma, para reciclar-se e criticar-se. É verdade que seu controle e o controle de sua difusão foram, durante muitos séculos, apanágio dos grupos dominantes. É também verdade que seu emprego depende de certos instrumentos fundamentais, como a alfabetização e o acesso ao ensino, que em nossa sociedade são desigualmente distribuídos. Mas a história, como parte dessa chamada "cultura erudita", como tradição escrita, não é a escrava fiel de um grupo exclusivo, nem o produto particular de uma só força, mas uma produção cultural coletiva, um quadro sofisticado para pensarmos a realidade e nos propormos a transformá-la. A oposição entre memória e história é, em grande parte ao menos, falsa e oculta uma outra oposição, a meu ver igualmente inexata, entre cultura erudita e cultura popular. Há uma tendência difusa, entre os historiadores, numa espécie de *mea culpa* tardio, de criticar o caráter normativo, formalizante e classista da cultura erudita, opondo-lhe uma cultura popular espontânea e vivificadora. Não me parece o melhor caminho para reequacionarmos essa relação. Não é possível para nós, historiadores, abandonarmos completamente os quadros que nos oferece a tradição. Nisto os irracionaisistas têm certa parcela de verdade. Essa tradição, que confundem e identificam com a "razão" ocidental, é imperial e monopolística, pois para criticá-la temos de nos valer das armas que ela própria oferece. Não existe espaço conceitual fora dela. É preciso, portanto, saber apropriar-se dessa tradição, de sua força representacional, para falarmos de e para a sociedade, para produzirmos sentidos, propormos e criticarmos interpretações, para elaborarmos formas de representação da história para nossa sociedade. Para que delas se apropriem, a seu próprio modo, os diferentes grupos sociais, envolvidos no eterno processo de repensar seu presente e de preparar as condições do futuro.

RESUMO

O texto aborda algumas questões conceituais e políticas da relação entre a História produzida nos meios acadêmicos, a chamada "História Científica" e o conjunto da produção social de memória. São analisadas algumas vertentes da historiografia contemporânea, que procuram pensar tal relação, seja propugnando uma total cisão entre Memória e História, seja fundindo-as completamente, como dimensões equivalentes da atividade representacional das sociedades contemporâneas.

ABSTRACT

This article explores some political and conceptual issues, relating to the relationship between History, as an academic product, the so-called Scientific History, and the social production of memories as a whole. Some recent trends propugnate a radical rupture between Memory and History, as well as those that absolutely unify them, as equivalent dimensions of the representational activity of contemporary societies.